

GÓIS FALA EM ARAPUCA

Parlamentares usam verba pública

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Messias Góis (PFL-SE), reconheceu que existem "arapucas" entre as entidades que se credenciam no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) para receber subvenções. "Não posso negar isso", admitiu. Mas, para ele, a fiscalização deveria ser feita pelo CNSS, que pertence ao Ministério da Ação Social e já envia ao Congresso o total de verbas que pode ser utilizado pelos parlamentares, a título de subvenção.

Góis ironizou os que utilizam o próprio nome para suas fundações. "Quando estudei latim, aprendi uma expressão que aplico sempre", disse, ao lembrar que a expressão significa "o nome dos idiotas está em todos os lugares". Ele afirmou que tentará tornar mais racional, neste ano, o trabalho de apresentação das emendas ao orçamento.

O deputado José Dirceu (PT-

SP) disse que vai encaminhar à liderança de seu partido um estudo sobre a possibilidade de se proibir a liberação de verbas do orçamento para subvenção social de entidades filantrópicas. Boa parte dessas entidades é fundada pelos próprios parlamentares, que destinam dinheiro público às suas empresas. Para Dirceu, a subvenção social tornou-se "fruto da corrupção e do tráfico de influência para que parlamentares possam fazer sua campanha, quando não se trata de furto mesmo".

Entre os parlamentares que destinaram a empresas próprias verbas do orçamento estão os senadores Júlio Campos (PTB-MT) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), os deputados Jesus Tajra (PFL-PI), Ciro Nogueira (PFL-PI) e Raquel Cândido (PTB-RO), além do casal de senador e deputada Aluizio Bezerra e Zilá Bezerra, ambos do PMDB do Acre.